

Evento realizado em 3 de dezembro de 2020.

# III SIMPÓSIO NACIONAL

## PSICOLOGIA E COMPROMISSO SOCIAL



Apresentação

**Deivison Faustino**

Faustino. Deivison. CAPITALISMO, COLONIALISMO E RACISMO: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A RACIALIZAÇÃO DIGITAL . In: Estamos sobre ataque! : tecnologia de comunicação na disputa das subjetividade livro eletrônico organizado por Marcos Ferreira, Ana Bock e Maria da Graça Gonçalves): São Paulo: Instituto Silvia Lane, 2021  
Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/17PN9e\\_zkOcrK9hWtjlwuXyinyQMayIBc/view](https://drive.google.com/file/d/17PN9e_zkOcrK9hWtjlwuXyinyQMayIBc/view)



# CAPITALISMO, COLONIALISMO E RACISMO: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A RACIALIZAÇÃO DIGITAL

Deivison Faustino<sup>1</sup>

## 1. APRESENTANDO O PROBLEMA: OS ATAQUES, OS FETICHES E OS RISCOS

Eu agradeço ao instituto Silvia Lane pela oportunidade de participar dessa conversa sobre as tecnologias digitais e as implicações subjetivas de seus mecanismos de controle. Eu sou sociólogo, estudioso das relações raciais, e é a partir desse lugar que eu vou compartilhar algumas reflexões, ainda preliminares, sobre o tema geral deste simpósio<sup>2</sup>. A hipótese que orienta a minha exposição é a de que a temática da *racIALIZAÇÃO* oferece subsídios fundamentais ao debate sobre as transformações tecnológicas, sociais e psicológicas em curso, bem como sobre as novas formas de exploração, controle e resistência daí decorrentes. Para explicitar esse ponto de vista, tematizarei, por um lado, a relação entre capitalismo, colonialismo e racismo, e, por outro lado, as possíveis implicações *digitais* dessa relação, apresentando, portanto, o conceito de *racIALIZAÇÃO digital*.

O debate sobre a racIALIZAÇÃO foi iniciado pelo psiquiatra martinicano Frantz Fanon (1925-61) para dar conta dos significados fetichizantes atribuídos a determinados grupos de seres humanos a depender dos lugares sociais a que foram relegados. Diante dela, a divisão racial do trabalho - provocada pela universalização colonial do capitalismo ao redor do globo terrestre - adquire prerrogativas naturalizadas e essencialistas. Identidades historicamente determinadas como brancos, negros, árabes, judeus, indígenas, orientais, ocidentais, ciganos, entre outros, passam a ser tomadas como entidades a-históricas cujo as qualidades

---

1 Psicólogo, doutor em Sociologia pela UFSCar, coordenador pedagógico do AmmaPsique Negritude, professor do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Públicas (PPGSSPS) da UNIFESP.

2 Agradeço especialmente às dicas e informações preciosas oferecidas por estudiosos e trabalhadores da área como Janaína Monteiro, Marcio Banto Ike, Rodrigo Leite, Anderson Ávila, Letícia Eli Pereira Campos, Evaristo Neto e William “Mumu” Silva.

éticas, políticas e estéticas, pretensamente essenciais, seriam inescapáveis e intransferíveis. O significante branco se torna símbolo da humanidade universal, da razão e do progresso, enquanto o negro, o seu oposto, a especificidade, a selvageria, do lúdico e do corpo<sup>3</sup>. O árabe, por sua vez, o símbolo do terrorismo e assim, sucessivamente. A pergunta que orienta essa comunicação é: quais as possíveis influências da racialização sobre a dinâmica complexa das novas transformações tecnológicas e as formas de controle e exploração delas decorrentes?

Antes de seguir, pode ser útil chamar a atenção para três riscos que geralmente acompanham esforços como estes: 1. o fetiche da tecnologia; 2. a sensibilidade às alterações na composição orgânica do capital; 3. a combinação eurocêntrica entre politicismo e economicismo. No primeiro grupo encontra-se um conjunto de estudos que toma as tecnologias (especialmente de comunicação), ora como divindades libertadoras, ora como demônios autônomos, manipuladores e usurpadores das mentes e almas dos pobres usuários adictos. O argumento aqui assumido é que ambas as posições são mistificações fetichizadas.

Para Karl Marx, o fetichismo ocorre quando a mercadoria e as leis econômicas deixam de ser vista como produtos das relações sociais e passam a ser encaradas como entidades universais e a-históricas ou dotadas de vida e intencionalidade própria<sup>4</sup>. Ocorre que o fetiche não se reduz à naturalização da exploração, expressa-se, também, pela aceitação do mito da neutralidade<sup>5</sup> ou incontrollabilidade – seja salvadora ou

---

3 FAUSTINO, Deivison. A emoção é negra e a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do. In: Revista Tecnologia e Sociedade (Online), v. 1, p. 121-136, 2013

4 a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se apresenta não guardam, ao contrário, absolutamente nenhuma relação com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que derivam desta última. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.”. Ver em: MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013, pp.147-148

5 “Da mesma forma que a mercadoria encobre a relação de classe de uma época histórica determinada, a tecnologia é entendida como um meio para se atingir fins, como ciência aplicada em equipamentos para aumentar a eficácia na produção de bens e serviços [...], a tecnologia que nos é apresentada como politicamente neutra, eterna, a histórica, sujeita a valores estritamente técnicos e, portanto, não permeada pela luta de classes, é uma construção histórico-social. E, assim como a mercadoria,



amaldiçoadora – da tecnologia, como se ela própria não fosse fruto de relações sociais historicamente determinadas que as projetam de acordo com determinadas finalidades políticas, culturais e econômicas.

De um lado, encontra-se o mito da internet salvadora – hoje menos vigente do que há 20 anos atrás –, de que a ampliação do acesso à internet fosse representar a democratização ou maior controle social dos meios de comunicação seus algoritmos e desenhos tecnológicos, ampliando assim as possibilidades de luta<sup>6</sup> e, do outro lado, o mito da Matrix–expresso na trilogia dirigida por Lily e Lana Wachowski em 1999 –, onde as máquinas adquiririam “vida” própria e passariam a escravizar os seres humanos, cultivando os seus sonhos e impulsos neuronais, enquanto alimentam-se de suas energias vitais<sup>7</sup>.

Embora essa descrição seja, de fato, intuitivamente percebida e bastante familiar à presente geração, ela também pode ser mistificadora caso se perca de vista o caráter social – capitalista – da concepção, produção e utilização do meio técnico-científico-informacional<sup>8</sup>. Poderíamos afirmar, assim, que esse conjunto de transformações tecnológicas apresentam-se como ameaça, não (apenas) por o serem, *em si*, mas por terem sido projetadas, produzidas e empregadas sob e em

---

tende a obscurecer as relações de classe diluindo-as no conteúdo aparentemente não específico da tecnologia”. Verem: NOVAES, Henrique T. O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp 75-76.

6 Verem: CAZELOTO, Edilson. Apontamentos sobre a noção de “democratização da internet”. In: Trivinho, Eugênio; CAZELOTO, Edilson (ORGs.) A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana era da imersão interativa. Paulo: ABCiber ; Instituto Itaú Cultural, 2009. pp.30-36.

CASTELLS, Manuel. A internet como instrumento de controle social e de redução dos cidadãos a mercadorias. Trad.de Inês Castilho. Editora Outras Palavras.

Disponível em: <<https://rogeriocerqueiraleite.com.br/a-internet-como-instrumento-de-controle-social-e-de-reducao-dos-cidadaos-a-mercadorias/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2021.

7 Verem: DONDE, Danilo et al. Considerações Iniciais Sobre Inteligência artificial, ética e autonomia pessoal. In: Pensar– Revista de Ciências Jurídicas. Fortaleza, vol. 23, nº 4, p. 1-17, out./dez. 2018.

8 Concordo com Richard Seymour, portanto, em sua crítica ao documentário “O dilema das redes”, exibido pela corporação Netflix, quando afirma que o filme “está correto em destacar o poder que está em jogo. E quanto ele chama atenção, com horror palpável, para o crescimento exponencial do poder de processamento computacional, ele claramente apreende que poder de processamento é poder político. No entanto, é extraordinário como não ocorre a ninguém pensar este poder como um poder de classe. Pois, aquilo que está sendo mais eficientemente automatizado na ofensiva cibernética contra o trabalho vivo são os imperativos do capital.”. Ver em: SEYMOUR, Richard. Não, as redes sociais não estão destruindo a civilização. Jacobina Brasil. Nov. de 2020. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/09/nao-as-redes-sociais-nao-estao-destruindo-a-civilizacao/>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2021.

função de relações sociais (capitalistas) ameaçadoras, que ficam ocultas quando não se supera o *fetice da tecnologia*. Esse rigor analítico é fundamental para não reproduzir uma espécie de *ludismo digital*<sup>9</sup> que amaldiçoa(apenas) as máquinas, enquanto isenta da mesma maldição as relações sociais que as engendram como ameaça.

O segundo risco que eu gostaria poderia nos acompanhar é da sensibilidade em relação às novas alterações históricas na Composição Orgânica do Capital (COC), i.e., a percepção de determinados estudos em relação às transformações sociais provocadas pela chamada revolução técnico-científico-informacional. Percebe-se uma certa polarização no debate marcado por estudos que, de um lado, enfatizam as transformações provocadas pela introdução das novas tecnologias na produção capitalista – muitos dos quais chegam a concluir, com isso, pela emergência de novas formas de exploração e controle, desatualizariam os estudos clássicos do capitalismo –, enquanto outros, do outro lado, insistem na permanência, apenas intensificada, das antigas formas de exploração e dominação<sup>10</sup>.

No primeiro caso, tende-se a ignorar, por exemplo, que a coleta, registro e análise de dados – a revelia ou não de seus “proprietários” – bem como as formas de comunicação e controle daí decorrentes não são, exatamente, novidade na história do capitalismo<sup>11</sup>. Em alguns desses estudos, o emprego de termos como *sociedade da informação*, *capitalismo de plataforma* ou *capitalismo de vigilância* acabam por sugerir a existência de um “novo” tipo de sistema social, essencialmente distinto do que havia algumas décadas antes. Essa posição, por vezes, ignora, secundariza ou refuta algumas categorias e conceitos que poderiam auxiliar uma análise histórica do problema como *mais valia*, *valor de uso e valor*; *mercantilização da vida*, *produção*, *circulação e consumo*,

---

9 LYON, David. New technology and the limits of Luddism. In: Science as Culture, 1989, vol. 1, nº 7, pp. 122-134.

10 Vera Respeito a crítica de Dyer-Witthford a essas duas tendências: DYER-WITHEFORD, Nick. Capitalismo da Inteligência Artificial: entrevista com Nick Dyer-Witthford. DigiBeta-Labour, 2019. Disponível em: <<https://digilabour.com.br/2019/08/09/dyer-witthford-capitalismo-de-inteligencia-artificial/>>. Acesso em: jan.de 2021

11 Como alerta Mauro Iasi ao relativizar a novidade representada pela nova conjuntura: “No velho mundo da propaganda também tinha manipulação, indução de comportamento, modelagem de valores, criação de necessidades e tudo o mais. Todas as reflexões sobre indústria cultural da Escola de Frankfurt e a tese lukacsiana sobre a manipulação são anteriores ao boom dos computadores e das redes. Evidente que alcançamos uma dimensão maior, mas o princípio envolvido parece-me o mesmo”. Ver em: IASI, Mauro. O dilema das redes: a internet é o ópio do povo. Blog da Boitempo, out. 2020. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2020/10/20/o-dilema-do-dilema-das-redes-a-internet-e-o-opio-do-povo/>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

*indústria cultural, sociedade do espetáculo*, entre outros, fragilizando o debate e a percepção daquilo que permanece do período anterior, embora intensificado ou reconfigurado diante de novas possibilidades tecnológicas.

É fato que a crescente inserção de novas tecnologias alterou substancialmente a composição orgânica de capitais no mundo todo, redefinindo não apenas a correlação de forças no interior da luta de classes, como as novas formas de gerir os conflitos daí advindo<sup>12</sup>, no entanto, o hiper-dimensionamento da percepção dessas alterações cria a ilusão de ruptura entre o “velho” capitalismo, baseado na exploração da mais valia, e o “sistema social atual”, pretensamente informatizado, quando na verdade seguimos submetidos – de maneira ainda mais precária e violenta que antes – ao complexo sócio-metabólico do capital.

O outro extremo é a ignorância diante dessas transformações e, sobretudo, de seus efeitos para a dinâmica da luta de classes<sup>13</sup>. Não é difícil encontrar intelectuais afirmando que as contradições do presente já estavam lá, todas previstas e problematizadas pelo Marx<sup>14</sup>. Essa posição ignora que Marx ou outros autores clássicos não viram o imperialismo próprio ao capital monopolista, a eletricidade, as duas Grande Guerras europeias, a fibra ótica, o 5G, as suas implicações para a sociabilidade contemporânea e os debates e viradas teóricas daí decorrentes. Se é verdade que seguimos no mal e velho capitalismo, expropriador de mais valia e reificador de subjetividades, também é verdade que as formas de exploração e apropriação da vida – mas também de resistências – encontram novas possibilidades diante da atual conjuntura. É sobre esse aspecto que nos debruçaremos a seguir.

Antes, porém, é importante falar do terceiro risco que nos acompanha neste debate, a saber: o risco da combinação eurocêntrica entre *politicismo* e *economicismo*. O politicismo é, em termos, a redução do debate social às esferas políticas da realidade, a partir da desconsideração dos fatores econômicos em jogo em um determinado cenário<sup>15</sup>. O economicismo, por sua vez, tende a tratar todas as demais instâncias da realidade como mero reflexo mecânico das forças econômicas, re-

---

12Ferrari, Terezinha. *Fabricalização da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo: Outras Expressões, 2012

13É curioso o silêncio da maior parte da literatura progressista (e marxista, em particular) em relação ao Movimento Software Livre e de código aberto, por exemplo.

14O próprio artigo de Mauro Iasi, apresentado na Nota de Rodapé, acima se aproxima bastante desta perspectiva.

15Ver, neste sentido: CHASIN, José. *Ensaio Ad Hominem, Tomo III - Política*. São Paulo: Ensaio, 1999.



baixando, com isso, a própria noção de economia a um nível bastante silógico e imediato. Desconsidera-se, assim, o conjunto complexo de relações, ideologias, representações e demais mediações que atuam articuladamente ao plano econômico, dando-lhe condições de funcionamento, ou representando barreiras e resistências reais.

Em termos de estudos sociológicos ou psicológicos sobre a chamada *Big Data*<sup>16</sup>, *Web 2.0*<sup>17</sup> ou mesmo a *chamada indústria 4.0*<sup>18</sup>, o politicismo pode nos levar a pensar o “capitalismo de vigilância” apenas no âmbito do controle, ignorando com isso as forças econômicas e, sobretudo, as classes e grupos que se beneficiam dele. Já o economicismo resulta, quase sempre, na subestimação das dimensões simbólicas, subjetivas e culturais envolvidas neste processo. A menção ao eurocentrismo, aqui, tem a ver com o silêncio ensurdecido de grandes pensadores/as do tema em relação ao colonialismo e ao racismo, o que resulta em um certo recalque da temática da racialização. Assim, a pergunta que nos cabe fazer a seguir, como subsídio ao presente debate, é: 1. Qual a relação entre capitalismo e racismo no âmbito da sociabilidade contemporânea? 2. Em que medida essas contradições podem se apresentar como questões relevantes aos estudos sobre as tecnologias digitais e suas respectivas formas de controle? Para enfrentar essas perguntas, problematizarei a relação histórica entre capitalismo, colonialismo e racismo, e alguns possíveis impactos para a compreensão da chamada Big-Data. Ao longo da comunicação, proponho a categoria “racialização digital” como possível subsídio a esse debate.

## 2. CAPITALISMO, COLONIZAÇÃO E RACISMO

---

<sup>16</sup>O termo *Big Data* vem sendo utilizado para se referir às novas formas de coleta, armazenamento e análise de um conjunto astronômico de dados complexos extraídos de usuários físicos e jurídicos comuns que revelam padrões ocultos ou identificam correlações secretas, apresentando uma contradição entre segurança, privacidade e controle de informações. Verem: PRIYANK, Jain et al. Big data privacy: a technological perspective and review. In: *Jornal de Big Data*, vol. 3, nº 24, 2006. Disponível em: <<https://journalofbigdata.springeropen.com/articles/10.1186/s40537-016-0059-y>>. Acesso em: 11 de jan. de 2021.

<sup>17</sup>O conceito criado por Tim O'Reilly, ainda polêmico entre os especialistas, tenta explicar as recentes transformações na forma que a World Wide Web tem sido utilizada, especialmente, após o estouro da “Bolha da Internet” (Dot-com Bubble, entre os anos de 1995-2000). Verem: BRESSAN, Renato Teixeira. Dilema da rede: web 2.0, conceitos, tecnologia e modificações. In: *Revista Anagrama*, Ano 1. Ed. 2. Dez. 2007, Fev. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35306/38026>>. Acesso em: 10 de jan. de 2021.

<sup>18</sup>Ver ROMÁN, J.L.V. Indústria 4.0: a transformação digital da indústria. Conferência de diretores e ecanos de engenharia informática. Coddie. Sem data. Disponível em: <http://coddii.org/wp-content/uploads/2016/10/Informe-CODDII-Industria-4.0.pdf> Acesso em: 10 de jan. de 2021.

Antes de apresentar a categoria racialização digital, que orienta a presente comunicação, é importante tecer alguns breves comentários sobre a relação histórica entre capitalismo, colonialismo e racismo. Se é fato que a base material sob o qual emerge se consolida o chamado “capitalismo de vigilância” é o velho capitalismo, é importante lembrar, que este modo social de produção se estruturou a partir da colonização. Embora não tenha se dedicado ao assunto, a exploração colonial foi fundamental para aquilo que Marx chamou de “acumulação primitiva de capitais”. No Capítulo 25, de *O Capital*, intitulado, “A teoria moderna da colonização”<sup>19</sup>, o filósofo alemão fala da importância das colônias para a universalização do Capital e, sobretudo, para o acesso das metrópoles europeias às matérias-primas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo:

*O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo [...] Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiram um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformaram em capital. [...] Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. [...] Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade.*<sup>20</sup>

Há consequências importantes a se extrair dessa conclusão, muitas das quais nem sempre são devidamente analisadas pelo próprio marxismo, a saber: a determinação reflexiva entre capitalismo e colonialismo e, sobretudo, a relevância do racismo para o desenvolvimento e consolidação do capital. Karl Marx, objetivando exemplificar o caráter social da produção de valor, afirmou, em outro lugar, que “um negro é um negro. Só em determinadas relações é que se torna escravo”<sup>21</sup>. Frantz Fanon, porém, foi mais longe ao sugerir, apenas, em determinadas circunstâncias que alguém é visto como negro: “é o branco que cria o negro (*nègre*)”<sup>22</sup>, argumentou, no exato momento em que não reconhece a sua humanidade<sup>23</sup>. A partir desse pretense decaimento ontológico, as

---

19 MARX, Karl. op. cit. pp. 835-850.

20 MARX, Karl. op. cit. pp. 823-4

21 Marx, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. Tomo 1, 1849, p.161.

22 FANON, Frantz. *Sociologie D'une Révolution*. Paris: Maspero, 1968, p. 32

23 FAUSTINO, Deivison. A emoção é negra e a razão é helênica? Op. cit.



noções de democracia, liberdade e igual dignidade – estimulados nos casos capitalistas clássicos, na Europa, como pressuposto jurídico da sociabilidade burguesa industrial – não foram estendidas aos colonizados. O colonialismo, necessário à consolidação do capital, é violência em estado bruto onde a exploração e a dominação adquire características particulares: inicialmente, o *status jurídico* do colonizado estava abaixo de um sujeito explorado na sociedade de classes. O colonizado sequer é visto como sujeito, uma vez que a sua condição é reduzida à mero meio de produção.

Foi na condição de objetos – ou, pelo menos, seres humanos objetificados – que os povos africanos e pré-colombianos foram inseridos no contexto de universalização do capital, configurando aquilo que Mbembe destacou como homem-mercadoria, *homem-meio-de-produção* ou homem-moeda<sup>24</sup>. Essa inserção particular, no entanto, pressupôs a desumanização e despersonalização quase absoluta, de forma a convertê-los, tanto objetiva quanto subjetivamente, ao status de coisa. Essa desumanização foi concomitante, e ao mesmo tempo, conditio econômica e social sine qua non à consolidação da sociedade burguesa e aos seus pressupostos jurídicos “universais”. A saída da burguesia clássica europeia – em um momento em que ela própria assumia uma postura revolucionária, diante do velho regime – foi a de defender a igualdade e a liberdade, como atributo humano universal, sem, contudo, considerar os povos colonizados humanos.

Em seu estudo sobre o funcionamento político e econômico do imperialismo – como forma particular de acumulação de capitais, no período posterior à industrialização –, Rosa Luxemburgo e Bukharine<sup>25</sup> sugeriram que a violência sistêmica da colonização, anteriormente observada por K. Marx, não foi exclusividade do período inicial de desenvolvimento do capitalismo, mas sim que seguiu atuando, como contraparte necessária, em todos os demais estágios de acumulação, tornando viável, pela violência absoluta nas periferias, a democracia e o direito nos centros capitalistas. Os autores observaram que tanto a industrialização, no final do século XVII, quanto a fase imperialista de desenvolvimento capitalista, ao final do século XIX e início do século XX, tiveram nas colônias condições fundamentais de existência. Não existiria indústria têxtil britânica sem a obtenção de matéria prima oriunda da produção escrava nas plantações coloniais de algodão, no sul dos EUA e outras colônias.

---

24 MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Lisboa: Antígona, 2014.

25 LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARIN, Nikolai. Imperialismo e acumulação de capital. Lisboa: Edições 70, 1972.

Do mesmo modo, a fase imperialista da produção capitalista teria sido inviável sem a obtenção de novos mercados consumidores e fornecedores exclusivos de matéria prima e superexploração da força de trabalho. A colonização não apenas ampliou os níveis de acumulação de capitais nos centros capitalistas, como também lhes garantiu válvulas econômicas e sociais de escapes para as contradições de classe nos centros europeus. Nos centros capitalistas, as reivindicações operárias por melhores condições de vida – mas também as altas taxas de lucro durante o fordismo – só puderam ser atendidas através de pactos sociais como o *welfare state* porque havia a possibilidade de transferir efetivamente essas condições precarizadas e a violência que lhe é inerente para as periferias capitalistas – colonizadas ou semicolonizadas. Nas palavras de Paris Yeros, “o colonialismo e o capitalismo monopolista continuam sendo, como diz o provérbio, ‘os elefantes no meio da sala’, cujo reconhecimento é essencial para entender a crise permanente do sistema capitalista e a natureza de suas contradições”<sup>26</sup>.

É nesta conjuntura de plena expansão do capital monopolista pelo globo terrestre – mas também, em decorrência dela – que se observará a emergência de um novo e mais eficaz tipo de racismo: o chamado “racismo científico”. Antes deste período, a desumanização colonial, quando fundamentada, era por meio de elementos religiosos cristãos<sup>27</sup>. No século XIX, porém, quando a burguesia europeia tinha diante de si, de um lado, a superação quase completa da sociabilidade feudal e consolidação formal do direito burguês – em seus pressupostos de igualdade e liberdade – e, do outro lado, as desigualdades substanciais de classe e gênero criadas pelo capitalismo, mas, sobretudo, a necessidade de novas incursões coloniais sob territórios não-europeus, o racismo adquire novas funções e dimensões. No entanto, esta ideologia não poderia mais se valer dos mitos religiosos de Cam/Ham ou similares, mas sim – como todas as demais relações sociais no século XIX – na ideologia cientificista. Áreas como a sociologia, psiquiatria, psicologia, antropologia, anatomia, biologia, direito, entre outras, (re)surgem, sobretudo, como suporte pseudo-teórico para fundamentar –i.e., naturalizar – as desigualdades sociais criadas pelo capitalismo na Europa e fora dela. Nasce daí, do capital monopolista e de sua impossibilidade de universalizar substancialmente o direito burguês, o racismo científico e as suas variantes como a frenologia, o darwinismo social, a eugenia, entre

---

26YEROS, Paris; JHA, Praveen. Neocolonialismo Tardio: Capitalismo Monopolista em Permanente Crise. In: Agrarian South: Journal of Political Economy, vol. 9, nº 1, 2020.

27BILHEIRO, Ivan. A legitimação teológica do sistema de escravidão negra no Brasil: congruência com o estado para uma ideologia escravocrata. In: CES Revista, [S.l.], vol. 22, nº 1, pp. 91-101, abr. 2016. Disponível em: <<https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/713>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.



outras ideologias que resultaram no nazismo<sup>28</sup>, não sem antes justificar as práticas coloniais perpetradas mesmo pelas nações ocidentais que se levantaram geopoliticamente contra a Alemanha nazista.

Os aspectos que merecem destaque, para os fins deste *paper*, é a importância do racismo para a emergência, desenvolvimento e consolidação do capitalismo no mundo, mas, principalmente, da dependência econômica do capitalismo, mesmo em suas expressões mais avançadas e democráticas, em relação ao colonialismo. Não apenas a corrida por territórios coloniais na África e na Ásia esteve na gênese das disputas monopolistas que resultaram na primeira e segunda grande guerra europeia<sup>29</sup>, na primeira metade do século XX, como também a consolidação do Bloco Soviético, e, sobretudo, a avalanche de independências no chamado Terceiro Mundo, após a Segunda Grande Guerra Europeia, representaram grandes entraves à reprodução do capital monopolista, acelerando, junto com outros fatores que não cabem aqui, uma crise de superprodução sem precedentes após as décadas de 1960<sup>30</sup>. Este elemento – devidamente considerado no complexo de complexos histórico de disjunção entre produção para as necessidades sociais e a auto-reprodução do capital – é incontornável não apenas à compreensão da crise estrutural do sistema sócio-metabólico capital<sup>31</sup>, mas, sobretudo, da intensificação da divisão internacional do trabalho e consequente distribuição desigual e combinada das possibilidades democráticas que resulta dessa divisão<sup>32</sup>. Como veremos abaixo, esse fator é decisi-

---

28 LUKÁCS, Georg. A destruição da razão. Instituto Lukács, 2020.

29 Lenin, V. I [1917]. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Ensayo popular. In: \_\_\_\_\_. Obras completas, vol.27. Moscú: Progreso, 1985. p.324-449.

30 Como afirma Yeros Jha: “A base colonial dos lucros monopolistas estava colapsando, enquanto o bloco soviético se enraizou. Do mesmo modo, a competição monopolista estava se intensificando entre a Tríade (Estados Unidos, Europa e Japão), assim como o trabalho organizado estava entrando em um novo período de agitação. As placas tectônicas estavam se movendo. Para tornar as coisas piores à competição monopolista, havia controles sobre os movimentos do capital e os mercados financeiros. Se, sob níveis existentes de produtividade e lucro, era impossível absorver a produção doméstica e ao mesmo tempo reduzir o Estado de Bem-Estar Social, também era impossível escalar a acumulação primitiva no exterior ou jogar o excedente sobre populações camponesas. De fato, boa parte do Terceiro Mundo estava exercendo controle sobre seus recursos naturais e agrícolas neste momento, em busca de maiores níveis de produção e reprodução via políticas de substituição de importações. Quer se queira ver essa conjuntura como uma nova crise de superprodução ou uma tendência histórica de subconsumo, do ponto de vista do capital foi uma crise de rentabilidade sem histórico equivalente em as contradições”. Ver em: YEROS, Paris; JHA, Praveen. op. cit.

31 Mészáros, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

32 FAUSTINO, Deivison. Os condenados pela Covid-19: uma análise fanoniana das expressões coloniais do genocídio negro no Brasil contemporâneo. In: Buala, 2020. Disponível em: <<https://www.buala.org/pt/cidade/os-condenados-pela-covid-19-uma->

vo para a compreensão do papel das tecnologias informacionais nas transformações do processo produtivo que ocorrerão como resposta a essa crise, mas, sobretudo, nas condições desiguais sob o qual a produção, difusão e controle desse aparato assume na sociedade contemporânea.

As novas tecnologias de comunicação ocuparam papel fundamental na reestruturação produtiva que emergiu a partir da década de 1970. Com ela, a disputa pelo controle e o fluxo de informações adquiriam patamares jamais vistos, viabilizando, de um lado, o encurtamento dos tempos (e espaços) de produção de mercadorias e circulação de capitais e, do outro lado, a intensificação da maximização dos lucros ao possibilitar a usurpação e análise de uma grande quantidade de dados privados e coletivos de comportamentos, seja para o emprego da persuasão direcionada a determinadas necessidades de consumo, seja pela simples oferta de plataformas-criadouros que atraem humanos para interagir enquanto revendem os seus tempos de engajamentos e perfis de respostas a determinados estímulos. Esta nova forma de colonização e reificação de almas, porém, não deixa de ser atravessada pelas antigas cisões de raça, classe e gênero que marcaram o desenvolvimento do capitalismo. Aliás, na atual fase de acumulação capitalista, o colonialismo não se resume a uma dimensão metafórica, mas como elemento econômico fundamental que viabiliza a distribuição desigual e combinada das contradições daí advindas.

Paris Yeros se inspira no pensador ganês Kwame Nkrumah para falar em “neocolonialismo tardio”<sup>33</sup> como elemento fundamental para a consolidação do capitalismo no atual contexto de crise estrutural do capital. A diferença do período atual com aquele do pós-guerra, estudado por Nkrumah, é que não há mais “fora” para transferir as violentas contradições produzidas no e em função dos grandes centros capitalistas. Para além disso, as transições culturais e sociais advindas deste novo contexto redefiniram não apenas os fluxos de capitais – e informações, cada vez mais mercantilizadas –, mas também de pessoas e culturas, sem, contudo, dissolver as antigas barreiras nacionais, raciais e religiosas. Agora, onde as distâncias e os tempos se apresentam distorcidos pelos milésimos quânticos de segundos que os pulsos elétricos viajam de um continente a outro, o racismo e a xenofobia se tornam mais importante do que jamais foram, atuando como critério biopolítico de diferenciação de quem é cidadão e quem não é, quem é nacional e quem

---

analise-fanoniana-das-expressoes-coloniais-do-genocidio-negro?fbclid=IwAR2-nRuVhOB6tqxo2qAVxwzmbCtvca2Gj5H4Xk9UZCn9AwRmwJ03nFqEJ2k>. Acesso em: 09 de janeiro de 2021.

33 YEROS, Paris; JHA, Praveen. Op. cit



não é, quem está dentro e quem está fora, quem é humano e quem não é, mas também, quem tem acesso e, sobretudo, controle dos novos meios (informacionais) de validação da própria existência. É com vistas para esse contexto sócio-histórico que eu gostaria de falar de racialização digital.

### 3. A RACIALIZAÇÃO DIGITAL

Gostaria de propor, a esta altura, uma reflexão sobre as tecnologias de comunicação e as novas possibilidades de manipulação das subjetividades a partir de três aspectos relacionados, ao que nomeio aqui como *racialização digital*, a saber: 1. **o'colonialismo digital**; 2. **o dilema(sócio-racial) redes**; e 3. **o'racismo algorítmico**. Pode-se pensar o *colonialismo digital*, ou *i-colonialism* em dois sentidos. O primeiro, de cunho metafórico, tem a ver com a intensidade e a abrangência com que as tecnologias informacionais têm colonizado as demais instâncias da vida. As possibilidades de produção e reprodução da vida têm sido cada vez mais mediadas por coisas (mercadorias) – mas também relações sociais coisificadas em tendente mercantilização – que viabilizam e, ao mesmo tempo, delimitam o tipo de contato e relações que temos com os outros, e, em consequência, conosco mesmos. No plano cotidiano, não apenas a internet – bem como os diversos *hardwares* e *softwares* necessários a seu uso – passa a ser o caminho incontornável para qualquer lugar que se queira ir, como o pedágio a ela implícito caminha na direção de uma tendente reconfiguração das relações que se dão fora dela. Esta reconfiguração cibernética do corpo se expressa tanto nas alterações de tempo e espaço de circulação de mercadorias, valores e dados, quanto na percepção sensitiva de si – e, consequentemente, do outro – diante dessas distorções espaço-temporais.

Não apenas a agenda de contatos ou compromissos, arquivo de documentos e imagens pessoais, dados históricos ou informações teóricas passam, cada vez mais, a ser depositados em uma espécie de memória informacional mundial quase ilimitada – substituindo ou coabitando com a memória individual organicamente limitada, criando, com isso, novas dimensões aos sentidos em seu processamento neurosináptico e, sobretudo, à percepção de si<sup>34</sup> –, como a própria ação cotidiana

---

34A tese de Andy Clark, conhecida como mente estendida ou externalismo ativo, segundo o qual já somos ciborgues, ao incorporar ferramentas que ampliam a nossa mente, é discutida em detalhes em MOLINA, Suely Fernandes. Ciborgue: a mente estendida de Andy Clark. São Carlos: UFSCar, 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2007.

individual passa a ser teleologicamente direcionada à projeção da própria imagem, ou pelo menos, das representações de si, como mais uma mercadoria a ser barganhada no mercado de *likes*.

É preciso lembrar, no entanto, que a despersonalização reificadora que acompanha essa tendente mercantilização da vida não exclui o valor de uso – bem como a utilidade social – das tecnologias e, muito menos, dos usos infinitamente diversos que se possa fazer delas, nem anula, totalmente, a criatividade e a liberdade humana, embora as restrinjam violentamente. O ponto da crítica é que, nesse quadro, a chamada *reificação* das relações sociais – mas também da subjetividade –, abordada por Lukács em *História e Consciência de Classes*<sup>35</sup>, adquire proporções jamais imaginadas e ainda não suficientemente problematizadas pelas ciências sociais e humanas. Voltaremos a esse ponto posteriormente.

O outro sentido possível ao termo *colonização digital* é menos metafórico e mais concreto. Tem a ver com os efeitos do *neocolonialismo tardio* sobre a divisão internacional do trabalho contemporâneo, e, sobretudo, sobre os efeitos do desenvolvimento desigual e combinado sobre a produção e acesso às tecnologias informacionais, tanto internacionalmente quanto no interior de cada país. Atualmente, os dados representam a commodity mais valiosa que existe, superando inclusive o petróleo. As disputas por sua extração, no entanto, seguem os antigos padrões coloniais monopolistas. Trata-se, de um lado, de das novas disputas pela extração, controle e análise de dados pelas grandes corporações, coletados com ou sem o consentimento de seus produtores e do outro lado, do velha disputa neocolonial pelos recursos materiais necessários à produção e reprodução da Big-Data<sup>36</sup>.

Se é verdade, como visto acima, que tecnologias atuais permitem novas formas de controle político e econômico sobre hábitos, valores e comportamentos, também é verdade que esse controle é exercido por determinados sujeitos, identificáveis no tempo e no espaço. Fala-se genericamente do controle exercido por governos e empresas sem considerar que as “tecnologias de informação e comunicação (TIC), a ino-

---

35LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

36Em recente declaração pública, o fundador da fabricante de carros elétricos Tesla – grande consumidora do Lítio boliviano Elon Musk – gerou polêmica ao assumir ter financiado o Golpe de Estado contra Evo Morales e afirma “vamos dar golpe em quem quisermos. Lide com isso”. Ver: <https://olhardigital.com.br/2020/07/27/noticias/vamos-dar-um-golpe-em-quem-quisermos-tuite-de-musk-gera-polemica/> Acesso em 20/01/2021



vação em inteligência artificial e a capacidade de implantar sistemas e infraestrutura rapidamente em mercados emergentes estão concentradas em apenas alguns países, que agora estão em uma corrida para ser o número um”<sup>37</sup>.

A jurista guatemalteca Renata Pinto argumenta que esse grande capital – muitas vezes marcado pela fusão do setor público e privado em *joint ventures* com vistas à dominação global – se configura pela grande concentração (mais uma vez, monopolista) de alguns elementos ausentes nas economias em desenvolvimento como: 1. os recursos de capital (propriedade e controle de cabos e servidores e dados) e os recursos intelectuais (os técnicos e instituições de pesquisa mais avançados); 2. Uma arquitetura jurídica nacional e internacional que limita a capacidade de inovação dos países em desenvolvimento (como o sistema de patentes e direitos autorais, por exemplo); e 3. A disponibilidade de capital financeiro para projetar e investir em pesquisa pesada de desenvolvimento ou, sobretudo, explorar as formas inovadoras que emergem, nestes contextos.

Diante desse quadro, mais uma vez, os países do terceiro mundo e as chamadas populações *off-line* resumem-se a territórios abertos, tanto à *exploração* de dados quanto à exportação de tecnologias<sup>38</sup>. Assim como antes sob o antigo colonialismo, mas agora sob novas dimensões, esses territórios são disputados pelo imperialismo tecnológico, não apenas a partir da introdução de seus produtos, mas, sobretudo, na influência direta e indireta sobre a forma que os governos e a política local operam através, de um lado, da coleta e monitoramento de dados e identificação de padrões<sup>39</sup>, mas também da influência sobre eleições e acontecimentos políticos<sup>40</sup> de modo a moldar padrões globais que

---

37PINTO, Renata Ávila. Digital sovereignty digital colonialism? New Tensions Of Privacy, security and national policies. In: SUR 27, vol.15, nº 27, 2018, p. 16.

38Enquanto reviso este artigo, me deparo com a informação de que os dados de milhões de brasileiros, cultivados com exclusividade pela empresa financeira Psafe, “vazaram” para o mercado clandestino, a chamada deep web, onde já se encontram sendo revendidos. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2021/01/vazamento-poder-exposto-na-internet-220-milhoes-de-dados-pessoais-de-brasileiros.shtml>

39PINTO, Renata Ávila. Op. cit.

40ITUASSU, Arthur et al. Campanhas online e democracia: as mídias digitais nas eleições de 2016 nos Estados Unidos e em 2018 no Brasil. In: O Brasil vai às urnas: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet. PIMENTEL, Pedro Chapaval; TESSEROLI, Ricardo (ORGs) . Londrina: Syntagma Editores, 2019.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Democracias e códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. São Paulo: Edições Sesc, 2019. Coleção Democracia Digital. Disponível em: <[https://play.google.com/books/reader?id=Wb2ZDwAAQBAJ&hl=en\\_US&pg=GBS.PT9](https://play.google.com/books/reader?id=Wb2ZDwAAQBAJ&hl=en_US&pg=GBS.PT9)>. Acesso em: 08 de julho de 2020.

sirvam aos seus modelos de negócios. Um trágico exemplo disso é a política industrial do Governo Brasileiro diante da guerra fria comercial entre EUA e China em torno das tecnologias do chamado 5G, em que o Brasil não tem protagonismo algum, exceto na escolha dos novos “colonizadores digitais”. Como afirma Patrícia Maurício et al.:

*O Brasil tem um imenso mercado consumidor, no entanto, a disputa pela hegemonia da Internet das Coisas (IoT) guarda semelhanças com o pacto colonial em que o país exportava matéria prima e importava produtos manufaturados. Se na época do Brasil Colônia víamos sair do país cana-de-açúcar e metais preciosos, agora o que se fornece são milhões de “nativos” dependentes desses “manufaturados pós-modernas”. EUA e China são “colonizadores digitais”. Em vez de desbravarem mares turbulentos e desconhecidos com bússolas e astrolábios, os novos colonizadores navegam com aplicativos de ultimageração, que fornecem aos colonizados a oportunidade do consumo e a sensação de pertencimento a uma aldeia hiperconectada. Essa aldeia hiperconectada forma também uma Ágora Digital, um espaço que pode ser definido como o da vida social, em que são realizados em várias arenas debates sobre os mais diversos objetos de interesse.<sup>41</sup>*

O que chama a atenção na literatura sobre o digital colonialism, no entanto, é o frequente economicismo expresso, sobretudo, na ausência de um debate sistemático sobre o racismo, elemento imprescindível à aventura colonial<sup>42</sup>. Há um vasto campo, ainda pouco explorado, de reflexões a se fazer sobre as suas manifestações neste contexto desigual de acesso a meios de produção, reprodução, circulação e consumo de dados, mas, também, de controle da vida. Retomarei esse ponto oportunamente. Por hora, gostaria de comentar o segundo aspecto do problema, aqui nomeado como o **dilema (socio/racial) das redes**. Para tal, gostaria de propor um diálogo entre pesquisadores das relações entre tecnologia da informação e trabalho, com Hoshana Zuboff, e estudiosos do racismo como Frantz Fanon e o Achille Mbembe.

A principal tese de Zuboff<sup>43</sup> é que a *Google Inc* inaugurou uma lógica de

---

41 MAURÍCIO, Patrícia et al. Colonialismo digital à vista na guerra fria comercial entre EUA e China: o caso da Huawei. XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação. Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, 2019. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1742-1.pdf>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

42 FAUSTINO, D. M. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. In: SER Social, vol. 20, nº 42, p. 148-163, 15 jun. 2018.

43 ZUBOFF, S. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. In: J InfTechnol, nº 30, pp. 75–89, 2015.



exploração e acumulação na internet, pautada por novas expressões de poder – práticas institucionalizantes e pressupostos operacionais –, ao consolidar o uso de mecanismos inesperados e frequentemente ilegíveis de extração, mercantilização e controle. Este novo cenário, nomeado por ela de “Capitalismo de Vigilância”, se diferenciaria do capitalismo clássico ao incorporar, como meio de acumulação, a conversão (codificação em dados comportamentais) da experiência humana como em matéria-prima a ser cultivada e vendida. Como afirmado certa vez pelo desenvolvedor da Microsoft, Andrew Lewis, *“If you are not paying for it, you’re not the customer; you’re the product being sold”*<sup>44</sup>. Embora eu concorde com as ponderações de Mauro Iasi a essa tese<sup>45</sup>, considero-a interessante para a tematização daquilo que Achille Mbembe chama de “devir-negro no mundo”<sup>46</sup>. Para ele, a característica fundamental do homem contemporâneo – sujeito do mercado e da dívida e, sobretudo, empreendedor de si mesmo – é ser cada vez mais reduzido àquilo que há séculos atrás era sina exclusiva dos seres humanos escravizados. A *condição negra*, em seu aprisionamento reificador, estaria agora sendo partilhada por todos os seres humanos, cada vez mais reduzidos à animalização e coisificação que os transformam em mercadorias. Em suas palavras:

*um indivíduo aprisionado em seu desejo. O seu gozo depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente sua vida íntima e de oferecê-la no mercado como uma mercadoria passível de troca. Sujeito neuroeconômico absorvido por uma dupla inquietação, decorrente de sua animalidade (a reprodução biológica de sua vida) e de sua coisidade (a fruição dos bens deste mundo), esse homem-coisa, homem-máquina, homem-código e homem-fluxo procura antes de mais nada regular a sua conduta em função de normas do mercado, sem nem sequer hesitar em se autoinstrumentalizar e instrumentalizar os outros para otimizar a sua parcela de fruição. Condenado à aprendizagem por toda a vida, à flexibilidade, ao reino do curto-prazo, deve abraçar sua condição de sujeito solúvel e fungível, a fim de atender à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se um outro (Grifos do autor).*<sup>47</sup>

Esse caminho argumentativo é interessante porque tematiza, em pri-

---

44 “Se você não está pagando pelo produto, você não é cliente; você é o produto sendo vendido”. BEETLE, Blue. Perfil do metafilter. 2010. Disponível em: <<https://www.metafilter.com/user.mefi/15556>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2021.

45 IASI, Mauro. O dilema das redes, op. cit.

46 MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra, op. cit.

47 MBEMBE, Achille. O devir negro no mundo. Trad. Sebastião Nascimento. CartaMaior, 2018. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/Achille-Mbembe-O-devir-negro-do-mundo/47/42458>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

meio lugar, algumas mudanças sociais, econômicas, culturais e subjetivas reais que estão em curso ou em franca experimentação, cujos exemplos não podem ser destrinchados aqui por ausência de espaço, mas que apontam cada vez mais para uma mercantilização da vida em todos os seus aspectos. Em segundo lugar, porque alerta para o caráter reificador, ou seja, desumanizador e fetichizado, deste movimento. No entanto, ao meu ver, carece de limites teóricos ao tomar esse “novo” como distintamente diferente do “velho” capitalismo, perdendo de vista ou secundarizando aquilo que permanece, mais vigoroso do que antes, em primeiro lugar, a velha exploração de mais valia, que agora não se restringe mais às paredes da fábrica, uma vez que o próprio espaço urbano mundial vem sendo cada vez mais configurado como uma grande fábrica ampliada<sup>48</sup>.

No entanto, o também velho, mas ainda atual, racismo anti-negro, em sua função desumanizadora e, sobretudo, diferenciadora e classificadora de humanidades segue atual. Se é verdade que o capitalismo contemporâneo caminha na direção da universalização, da animalização e coisificação, antes exclusivas às pessoas negras escravizadas, também é fato que, na escravidão, esse status jurídico rebaixado era racializado, ou seja, o escravo, como reconhece Marx, era o negro, e o negro, mesmo quando deixava de ser escravo, ainda era visto como tal. O resultado é que a racialização persistiu como marca (signo amaldiçoado) nas pessoas negras, mesmo após a abolição, e foi atualizando-se a partir de novas necessidades de poder e necessidades de acumulação de capital e persiste – atualizadamente – em nossos dias a partir de novas roupagens e funções.

O que procuro chamar a atenção aqui é que a tendente universalização da “condição negra” não substituiu a diferenciação promovida pelo racismo anti-negro e em resultado, uma vez que todos tendemos (cada vez mais) a ser reduzidos à mercadoria, encontramos no racismo um elemento ideológico que diferencia o **preço** de cada mercadoria e, sobretudo, os critérios que definem e autorizam quais delas podem ser descartadas e quais, mesmo quando supérfluas, não são passíveis de tais redução. Falo em preço, ao invés de valor, porque o tempo de trabalho socialmente necessário empreendido por um trabalhador negro é o mesmo que o de um branco, já o seu preço no mercado de trabalho não. Mais do que isso, a experiência colonial nos desafia a equacionar a exploração capitalista para além da simples exploração de mais valia, como prevista pela teoria do valor.

---

48Ferrari, Teresinha. Fabricalização da cidade... op. cit.



Denise Ferreira<sup>49</sup> retoma os cálculos de Marx a respeito do valor do li-nho na revolução industrial para direcionar a reflexão à exploração es-cravista não contabilizada que produziu o algodão, utilizado na revolu-ção industrial. Esse quantum de valor não mensurado representa uma parte fundamental da riqueza produzida na modernidade. Ainda assim, a máxima cantada por Elza Soares não se desatualizou e, em consequ-ência, *a carne mais barata do mercado continua sendo a carne negra*<sup>50</sup>, justamente a que mais contribuiu para o enriquecimento humano gené-rico a partir de sua exploração em estado bruto. Se há uma colonização digital, trata-se de investigar em que medida a racialização se presenti-fica neste contexto.

Isto posto, eu gostaria de problematizar como o racismo se manifesta no contexto das tecnologias da informação. Esse tema –que nem sem-pre é abordado pelos estudos sobre a colonização digital – vem sen-do nomeado na literatura especializada como racismo algorítmico<sup>51</sup>. Destaco, neste sentido, o brilhante trabalho do Professor Tarcízio Silva e a Professora Safiya Umoja Noble<sup>52</sup>. Como já foi discutido, algoritmos são produções humanas e, portanto, atravessados por tradições, valo-res subjetivamente e intersubjetivamente partilhados<sup>53</sup>, mas, sobretudo, com finalidades historicamente determinadas. Isso coloca o desafio de discutir não apenas as tecnologias, em si, mas, especialmente, os usos, tipo de programação e a finalidade que lhes estruturam. Embora, a ló-gica do Capital implica que a orientação dos desenhos tecnológicos caminhe na direção da maximização dos lucros e não para atender as necessidades humanas, convém não esquecer que essa determinante econômica não impede que as tecnologias incorporem as contradições sociais de uma dada época, como é o caso do racismo, do machismo, da homofobia, do racismo religioso, entre outros<sup>54</sup>.

---

49Denise Ferreira da SILVA. A dívida impagável: lendo cenas de valor contra a flecha do tempo. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2017. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf> Acesso em 23/01/2021.

50Letra e música completa podem ser acessadas em: <<https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/>>. Acesso em: 01/01/2021

51Ver a pesquisa documental realizada por ele, uma grande referência para este debate: SILVA, Tarcízio. Linha do Tempo do Racismo Algorítmico. Blog do Tarcízio Silva, 2020. Disponível em: <<http://https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>>. Acesso em: 12 de jan. de 21.

52NOBLE, SafiyaUmoja. Algorithms Of Oppression: How Searchengines Reinforce Racism. In: NYU Press, 2018.

53SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: Simpósio Internacional LAVITS, 2019.

54QUEIROZ, Ivo; QUELUZ, Gilson. Presença africana e teoria crítica da tecnologia: reconhecimento, designer tecnológico e códigos técnicos. In: *Simpósios Nacionais de Tecnologia e Sociedade*, 2011.

Este aspecto é importante para o argumento aqui assumido. Se os códigos são, mesmo em sua tendente automatização, padrões socialmente determinados, o termo “racismo algorítmico” não tenderia a escamotear a autoria do racismo, transferindo-a para os códigos enquanto oculta os seus programadores, esse sim humanos formados e informados por dadas relações sociais de poder? Acredito que a noção de *racialização codificada ou racialização digital* possa ser mais abrangente para dar conta da explicitação do contexto material de desenho dos algoritmos de forma a evidenciar a seletividade racial dos cargos técnicos em empresas de programação, a distribuição social desigual de prestígio entre produtores de conteúdo digitais na internet<sup>55</sup> e codificação naturalizada dos discursos e estética racistas nas mídias sociais e bancos de imagem digitais.

Convém Destacar, ainda, a racialização codificada em aplicativos de reconhecimento facial, ao não identificarem os traços negros com precisão <sup>56</sup>e, sobretudo, uma certa eugenia política<sup>57</sup> presente no “aprendizado de máquinas”. A eugenia se materializa tanto na utilização estética e cultural branco-ocidental como parâmetro de humanidade quanto na exclusão ou desigualdade do acesso às tecnologias informacionais. Se retomarmos a máxima segundo o qual todos somos ciborgues, pode-se supor os efeitos das desigualdades sócio-raciais no acesso à maximização e potencialização cérebro-corpórea que o emprego das novas tecnologias e suas redes neurais possibilitam, criando, assim, novas hierarquias bio-econômicas-raciais. Isso para não falar na distribuição racial desigual do acesso à internet e seus meios materiais de existência – infra-estrutura física, computador, celular, etc. A pandemia de Covid-19 explicitou o abismo entre estudantes brancos e negros no que concerne ao acesso aos meios necessários ao ensino remoto<sup>58</sup>.

Por fim, é válido comentar a captura das agências políticas para fins de engajamento e confinamento em bolhas identitárias, o que não é exclusividade do associativismo negro. Este aspecto é delicado, porque,

---

55PROPMARK. Influenciadores negros têm menor participação em campanhas. Disponível em: <<https://propmark.com.br/digital/influenciadores-negros-tem-menor-participacao-em-campanhas/>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2021.

56NOBLE, Safiya Umoja. Op. cit.

57SILVEIRA, Sérgio Amadeu. [Entrevista] Felipe Padilha e Lara Facioli. Colonialismo tecnológico ou como podemos resistir ao novo eugenismo digital. In: Estud. sociol. Araraquara, vol. 25, nº 48, pp. 363-378, jan./jun. 2020.

58FERREIRA, Suiane Costa. Apartheid digital em tempos de educação remota: atualizações do racismo brasileiro. In: Interfaces Científicas, Aracaju, vol.10, nº 1, pp. 11–24, – 2020.



de um lado, essas tecnologias apresentam-se como novas formas de dominação, cooptação e controle sobre a sociedade, mas também, ao mesmo tempo, ofereceram oportunidade para novas formas de agência política<sup>59</sup>. A expansão do acesso à internet reconfigurou irreversivelmente o jogo político em todo o mundo, descentralizando relativamente à possibilidade da fala, colaboração e criatividade<sup>60</sup>, ainda que as possibilidades de escuta permaneçam centralizadas por algoritmos racializados. A pergunta que cabe fazer é: em que medida o ativismo quando restrito às grandes plataformas privadas – fornecidas pelos grandes monopólios informacionais – representa realmente uma subversão da ordem estabelecida ou apenas mais uma estratégia de ampliação de tempo de permanência dos usuários em seu interior, com vistas às já anunciadas finalidades de extração e venda de dados? Poderiam as ferramentas do Senhor dismantelar a casa grande?<sup>61</sup>

Não se trata aqui de minimizar os ganhos políticos e culturais obtidos com a internet e, muito menos, subestimar o vigor e a abrangência desse agenciamento no plano da cultura de massas. Cabe lançar a provocação, no entanto, a respeito dos meios utilizados e, sobretudo, dos limites e riscos apresentados por eles. Se há uma certa colonização da rebeldia e desejo de transformação por parte dos grandes centros de poder através do direcionamento do nosso engajamento para a ampliação de seus lucros, cabe não perder de vista o debate sobre estratégias e meios alternativos de comunicação. Há uma importante agenda transnacional de discussão e produção colaborativa de plataformas e estratégias seguras de comunicação, protagonizadas pelo Movimento Software Livre, que ainda são ignoradas pela maior parte do ativismo antirracista e anticapitalista<sup>62</sup>.

Esta agenda, em seus respectivos modo de funcionamento, desafia as ciências sociais e humanas ao pautar-se por uma ecologia reticular interativa não-antropomórfica e horizontalizada<sup>63</sup> de grande potencial

---

59 O caso do ciberativismo das mulheres negras no Brasil é um exemplo bastante interessante. Ver em: FERNANDES, Nathaly Cristina. Mulheres negras e o espaço virtual: novas possibilidades de atuações e resistência. In: Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, vol.12, nº 40, p. 132-142, jul./dez., 2019.

60 BARBROOK, R. The hi-tech gift economy . FirstMonday, 2005. Disponível em: [http://www.firstmonday.org/issues/issue3\\_12/barbrook/index.html](http://www.firstmonday.org/issues/issue3_12/barbrook/index.html). Acesso, 20/01/2021

61 LORDE, Audre. “The Master’s Tools Will Never Dismantle the Master’s House”, extraído do livro Sister Outsider, The Crossing Press Feminist Series (1984) Disponível em: <<http://lists.econ.utah.edu/pipermail/margins-to-centre/2006-March/000794.html>>. Acesso em 02/01/2021.

62 CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

63 DI FELICE, Massimo. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas

subversivo, neste contexto de tendente ciborguização da experiência humana, em seus deslocamentos espaços-temporais do ser, do poder e do saber. Uma análise mais cuidadosa, que infelizmente não poderá ser realizada aqui, poderia explorar detidamente as oportunidades oferecidas por este movimento ao ciberativismo antirracista, feminista e anticapitalista. Isso exigiria, de outro lado, uma diferenciação mais precisa entre internet e redes sociais.

A primeira é uma rede compartilhada de computadores dispersos pelo globo terrestre através de um protocolo comum de comunicação. Já as redes são “estruturas” sociais compostas por pessoas conectadas por determinados tipos de relações que antecedem e extrapolam a internet, não dependendo dela para existir. As redes sociais online são um tipo específico de redes sociais mediadas pela internet. A observação deste aspecto evita que se reduza as redes sociais à internet, perdendo de vista tudo aquilo que lhe escapa e lhe dá fundamento e, por sua vez, que se reduza o debate sobre a internet às plataformas virtuais controladas pelos grandes monopólios neo-coloniais informacionais, perdendo de vista, portanto, as possibilidades reais de subversão que se abriram neste novo contexto.

O ponto que se quis destacar, *neste paper*, é que a tematização da relação dialética entre capitalismo, colonialismo e racismo oferece importantes subsídios aos debates sobre os efeitos das novas tecnologias informacionais e os seus dispositivos de controle sobre a subjetividade. Não obstante, oferece subsídios também para a possibilidade de agendas mais amplas comprometidas com as demandas éticas, políticas e estéticas promovidas tanto pelos movimentos sociais antirracistas quanto pelos movimentos engajados em torno da democratização dos meios de produção das tecnologias informacionais.

---

Matrizes, vol. 7, núm. 2, julho-diciembre, 2013, pp. 49-71 Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.